



LINHAS DE ORIENTAÇÃO GERAL PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA ELEITORAL

LEGISLATIVAS 2015

03.JUNHO.2015

PORTUGAL NO CAMINHO CERTO

I

DE 2011 ATÉ HOJE

O LEGADO

Nos últimos quatro anos, Portugal viveu uma situação excepcional e venceu-a: é hoje um País diferente, em manifesta recuperação e em condições de ser um País melhor. Em 2011, Portugal apresentava um défice orçamental superior a 11% do PIB e caminhava imparavelmente para a bancarrota, pois já não conseguia obter financiamento nos mercados internacionais. Sem alternativa para o beco sem saída a que conduziu os Portugueses, o Governo de então pediu aos nossos parceiros internacionais o auxílio financeiro sem o qual o País não teria cumprido as suas obrigações internacionais, nem teria conseguido honrar os seus compromissos internos, pagando os salários dos funcionários públicos e as pensões.

Nesse quadro de verdadeira emergência nacional a atual maioria foi chamada à responsabilidade de retirar Portugal da situação dramática a que a incompetência e a leviandade de outros nos conduziu. De repor Portugal no caminho do crescimento e do desenvolvimento. De devolver a Portugal o prestígio e a credibilidade que então eram perigosamente postos em causa.

O CAMINHO

Hoje podemos dizer que cumprimos a missão mais difícil que os nossos compatriotas nos conferiram:

- Fechámos o Programa de Assistência Económico-Financeira, sem necessidade de recorrer a um segundo resgate ou, sequer, a um programa cautelar;
- As contas públicas estão na boa direção e o défice orçamental ficará este ano claramente abaixo de 2,7%, permitindo que Portugal, pela primeira vez em muitos anos, deixe de estar submetido ao procedimento por défice excessivo;

- O País financia-se nos mercados internacionais a taxas de juro historicamente baixas (nalguns casos até negativas), o que permitiu, nomeadamente, o início dos reembolsos antecipados ao FMI;
- O défice público diminuiu em mais de 12,4 mil milhões de euros, dos quais 8,5 mil milhões se ficaram a dever à redução da despesa (e isto sem contar com a despesa certa que o atual governo conseguiu evitar, por exemplo, através da renegociação das parcerias público privadas);
- O saldo primário apresenta consistentemente valores positivos.

O PONTO DE QUE AGORA PARTIMOS

Como afirmámos em 2011 no programa do atual Governo, a legislatura teria dois tempos distintos. E a verdade é que o acerto da estratégia seguida permitiu abrir, na segunda metade do mandato, um ciclo de crescimento, de confiança e de criação de emprego. E os resultados são já bem visíveis:

- Pelo segundo ano consecutivo Portugal retomou o crescimento económico, o qual irá acelerar nos próximos anos;
- O rendimento disponível das famílias está a aumentar;
- O desemprego reduziu-se de 17,5% para 13,0%, ao mesmo tempo que a criação de emprego aumenta;
- As exportações batem sucessivos recordes, apesar de a economia de muitos dos nossos principais parceiros se encontrar ainda numa situação de grande incerteza;
- Sectores como a agricultura, o mar e o turismo estão a dar contributos muito significativos para a recuperação económica;
- Portugal subiu de forma significativa em todos os rankings internacionais de competitividade, tornando-se mais atrativo para os investidores;
- Os índices de confiança, tanto de consumidores como de empresas, apresentam valores que há muito anos se não registavam.

Sabemos que o mérito desta transformação é, antes do mais, dos Portugueses.

Da sua resiliência, do seu bom senso, da sua capacidade de vencer a adversidade. **Mas também sabemos que, sem uma estratégia coerente, todo esse esforço teria sido em vão.** Que, se como alguns propunham, tivéssemos pedido mais tempo ou mais dinheiro aos credores, teríamos aumentado a nossa dependência externa e não teríamos reconquistado a nossa liberdade. Que se tivéssemos hesitado, a troika não teria saído do nosso País.

Os problemas dramáticos que o País enfrentava obrigaram a que aos Portugueses fossem pedidos sacrifícios indesejáveis mas, infelizmente, indispensáveis. **E daí a necessidade de dar uma prioridade governativa clara à situação daqueles que mais atingidos foram por essas políticas e, muito em particular, aos que se encontravam em situação de maior fragilidade.**

Conduzidos por essa prioridade de justiça social e de coesão nacional, preocupámo-nos com a repartição equitativa do esforço, exigindo mais aos cidadãos com rendimentos mais elevados ou uma contribuição especial a sectores económicos de especial relevância.

Mas preocupámo-nos igualmente em salvaguardar das consequências do resgate aqueles que menos tinham, desde logo pondo em prática um Programa de Emergência Social em que se aplicou uma verba de cerca de 1.000 milhões de euros e, ao mesmo tempo:

- Assegurando um aumento real das pensões mínimas, sociais e rurais;
- Incrementando o apoio às instituições de solidariedade social;
- Majorando o subsídio de desemprego para casais em que o desemprego atingiu ambos os cônjuges;
- Alargando as isenções em matéria de taxas moderadoras para 6 milhões de pessoas;
- Reduzindo substancialmente os preços dos medicamentos, em particular no que respeita aos genéricos;
- Aumentando o número e o valor médio das bolsas no ensino superior;
- Ampliando a comparticipação em livros e materiais escolares;
- Aumentando o salário mínimo nacional;
- Isentando do pagamento da contribuição extraordinária de solidariedade a grande maioria dos pensionistas.

II

Desafios para um futuro melhor

Apesar dos enormes progressos registados no passado recente, a sociedade portuguesa continua a ter diante de si desafios muito complexos, fruto de muitos anos de negligência política e de desorientação estratégica. A resolução de tais problemas não pode mais ser adiada, sob pena de, mais cedo que tarde, a realidade se encarregar de nos apresentar uma pesada fatura.

Nessa medida, três desafios se afiguram especialmente sérios e devem constituir prioridade de governação na próxima legislatura: a questão demográfica, a qualificação das pessoas e a competitividade das empresas e da economia. Porque estes desafios, se vencidos como é possível fazê-lo, garantirão em simultâneo a sustentabilidade do Estado e da sociedade, a criação de riqueza e a geração de emprego e de bem estar para os cidadãos.

DESAFIO 1

A QUESTÃO DEMOGRÁFICA

Não é excessivo afirmar que, num prazo não muito longínquo, a nossa capacidade de afirmação enquanto entidade política autónoma depende largamente da inversão do “inverno demográfico” em que Portugal caiu desde há mais de três décadas e, portanto, da nossa mobilização coletiva em favor de políticas públicas amigas das famílias.

Por iniciativa da atual maioria, foi promovido um amplo debate em redor das questões da natalidade, que permitiu a apresentação de um conjunto de medidas legislativas quer na Assembleia da República, quer no Governo de que podem destacar-se, como exemplo o quociente familiar em sede de IRS, cuja reforma visou torná-lo mais amigo das famílias, o alargamento do plano de vacinação ou os cuidados formais na primeira infância. Mas é necessário ir mais longe, levando à prática medidas adicionais:

- Que removam os obstáculos à natalidade;
- Que favoreçam a harmonização entre a vida profissional e a vida familiar;
- Que permitam uma participação efetiva dos pais na vida dos filhos, nomeadamente no que toca ao acompanhamento do seu percurso escolar.

Mas a questão demográfica não pode apenas ser encarada sob esse prisma. Ela exige, também, que face ao envelhecimento progressivo das nossas sociedades se mude radicalmente a forma como olhamos para o papel que os mais idosos devem assumir, valorizando o seu contributo aos mais diversos níveis, nomeadamente por via de medidas que promovam o envelhecimento ativo. Trabalharemos para permitir uma transição gradual da vida ativa, facilitando o prolongamento da vida laboral, de forma voluntária, nomeadamente favorecendo modelos de trabalho a tempo parcial.

Ao mesmo tempo, importa encontrar novos caminhos para incentivar o regresso ao País dos nossos compatriotas que ao longo da última década foram forçados a buscar lá fora um futuro melhor ou que consigamos atrair cidadãos estrangeiros que possam dar um contributo de relevo para o nosso desenvolvimento.

Por fim, há que levar à prática soluções que permitam contrariar os desequilíbrios demográficos internos, criando condições que incentivem o regresso das populações, e sobretudo dos jovens, às zonas mais desertificadas do território nacional.

DESAFIO 2

A QUALIFICAÇÃO DAS PESSOAS

A qualificação das pessoas é, também ela, crucial. Porque é um dos elementos estruturantes no combate à pobreza e na promoção da mobilidade social. Porque, no quadro de uma economia cada vez mais globalizada e competitiva, o acesso ao saber, tanto teórico quanto prático, é cada vez mais o elemento que faz a diferença.

E daí a importância de, nomeadamente:

- Alargar progressivamente a universalidade do ensino pré-escolar;
- Intensificar o combate eficaz ao abandono escolar, bem como às taxas de retenção, sem prejuízo da valorização da exigência nos resultados escolares;
- Promover a maior autonomia das escolas na construção do seu projeto escolar próprio favorecendo, por exemplo, o aparecimento de escolas geridas com independência pelos docentes;
- Garantir o rigor na seleção dos docentes;
- Reordenar a rede de ensino superior público;
- Incentivar o envolvimento das empresas no ensino profissionalizante e na investigação científica.

DESAFIO 3

A COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS E DA ECONOMIA

É evidente, também, a prioridade a atribuir à criação das condições indispensáveis ao reforço da competitividade das nossas empresas, em particular das de pequena e média dimensão. Porque empresas mais competitivas significam aumento da capacidade exportadora, possibilidade de substituir importações por produção nacional, geração de riqueza e consequente aumento do rendimento disponível, criação de postos de trabalho.

Neste domínio, as políticas públicas podem e devem dar um contributo importante:

- Criando um ambiente favorável ao investimento, quer reduzindo adicionalmente os entraves burocráticos e administrativos que ainda persistem, quer assegurando a estabilidade e a previsibilidade do quadro fiscal, nomeadamente através da continuação da redução do IRC;
- Favorecendo soluções que contribuam para a capitalização das empresas;
- Apostando adicionalmente em domínios em que apresentamos importantes vantagens competitivas, como é o caso do mar, do turismo e do agroalimentar;
- Proporcionando a existência de um quadro de regulação do mercado laboral que assegure a melhoria do rendimento salarial, tendo em conta os acréscimos de produtividade;
- Reforçando os mecanismos da concertação social enquanto local preferencial de construção de entendimentos entre os diferentes parceiros.

Mais investimento significa mais oportunidades; mais e melhor qualificação significa mais capacidades; melhor demografia significa melhor futuro. E todos estes valores convergem naquilo em que mais acreditamos: a mobilidade social que queremos ver em Portugal mais efetiva e mais rapidamente. No fundo, para que cada um possa ir tão longe na sua vida e no seu percurso pessoal quanto as suas capacidades pessoais o permitam.

III

GARANTIAS

Vencer os desafios fundamentais ao nosso futuro coletivo que ainda temos pela frente está dependente de um pressuposto fundamental: a nossa capacidade de construir as soluções necessárias a partir do reforço das bases sólidas que nos últimos quatro anos construímos. É esta, precisamente, a fronteira das próximas eleições legislativas: construir sobre os esforços feitos e acelerar a recuperação em termos sustentáveis; ou desperdiçar a credibilidade que ganhámos e os resultados que atingimos e correr o sério risco de voltar atrás, com todo o rol de dificuldades e de problemas muito sérios que isso acarretaria.

Apesar de todas as frentes emergenciais em que o atual Governo teve de agir, merece realce o facto de nunca ter abdicado de uma perspetiva prospetiva, elaborando e aprovando documentos definidores de estratégias a médio e longo prazo que, ancoradas nas previsões contidas no Programa de Estabilidade, estabelecem prioridades de ação claras e adequadas à natureza dos nossos problemas. São de referir, por exemplo, o Programa Nacional de Reformas, a Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego, o Portugal 2020, o Plano Estratégico de Infraestruturas e Transportes, a Estratégia para o Crescimento Verde ou a Estratégia Nacional para o Mar.

Neste momento, importa assim salientar que, em coerência com aquela que tem sido a nossa atuação política, o programa eleitoral da coligação assumirá as orientações e medidas que constam daqueles documentos.

E é igualmente tendo em conta esse pano de fundo que **há um conjunto de garantias que queremos reafirmar perante os Portugueses, seja no plano dos princípios seja no plano das políticas.**

No plano dos princípios, a manutenção de uma linha de ação governativa marcada pela coerência, pela prudência, pela responsabilidade e pelo rigor. No plano das políticas:

1. Manutenção da credibilidade financeira, evitando políticas ou situações que conduzam a novas intervenções externas e assim salvaguardando a soberania nacional reconquistada:

- Cumprindo a meta de atingir, em 2019, um saldo orçamental positivo;
- Mantendo o equilíbrio das contas externas;
- Diminuindo progressiva e sustentadamente a dívida pública.

2. Recuperação do poder de compra e da melhoria das condições de vida dos cidadãos:

- Repondo gradualmente os rendimentos dos funcionários públicos;
- Honrando escrupulosamente um contrato de confiança fiscal com a sociedade portuguesa, em cujos termos se procederá à eliminação, no máximo até 2019, das medidas extraordinárias que a situação de excepção obrigou a impor (com destaque para o IRS).

3. Fortalecimento do Estado Social, com a preocupação primeira de direccionar os nossos esforços, prioritariamente, em favor daqueles que mais precisam e, em simultâneo:

- Trabalhando para garantir, consistentemente, o respeito pelo princípio da igualdade de oportunidades;
- Continuando a assegurar a universalidade dos sistemas de saúde, de educação e de segurança social, tal como o fizemos nos últimos quatro anos num quadro orçamental muito restritivo, mas com a legítima expectativa de ter entretanto criado as condições para melhorar a eficácia e a eficiência das respostas que esses serviços proporcionam;
- Assegurando a sustentabilidade da segurança social, através da adoção de medidas que resultem de um debate alargado, envolvendo a sociedade civil e necessariamente todos os partidos do arco da governabilidade e que traduza, conseqüentemente, a existência de um amplo consenso social e político;
- Dando prioridade a um **Programa de Desenvolvimento Social** adequado a garantir a concretização de uma estratégia política capaz de gerar a obtenção dos melhores resultados possíveis na aplicação do Portugal 2020 (nomeadamente em sede de Programa Operacional Inclusão Social e Emprego), por forma a que, nesta nova fase de crescimento económico e de recuperação do emprego se alcance um novo patamar de coesão social. Um programa que concerte estrategicamente a cooperação entre a economia, a segurança social, a saúde e a educação e que valorize e aprofunde a relação entre o Estado e a economia social/solidária, materializado em verdadeiras Parcerias Público-Sociais geradoras de poupança e indutoras de humanização na intervenção.

4. Fidelidade a um modelo de crescimento económico que assegure a sustentada criação de riqueza e a criação de emprego. Um modelo assente:

- No reforço da nossa capacidade exportadora e no aumento do investimento privado, nacional e estrangeiro e não no aumento artificial do endividamento das pessoas e das famílias e no investimento público cego;
- Na aposta na investigação, na inovação e no desenvolvimento tecnológico;
- Na exploração das potencialidades imensas proporcionadas pela economia verde, pela economia azul e pela economia social.

5. Consolidação dos princípios e valores do Estado de Direito. Porque queremos um Estado:

- Que seja exclusivamente orientado, na sua ação, pela defesa do interesse público, opondo-se com determinação aos interesses egoístas e às pressões corporativas;
- Que não transija perante a corrupção e o compadrio;
- Que respeite escrupulosamente o princípio da separação de poderes e a independência do poder judicial;
- Que combata toda e qualquer tentativa de condicionamento ao exercício da liberdade de imprensa.

6. Continuação da reforma do Estado, por forma a contribuir adicionalmente para o reforço da sua eficiência, não esquecendo nunca que a razão última da sua existência não é justificar-se a si próprio mas corresponder, em tempo e de forma adequada, aos anseios legítimos das pessoas. Trabalharemos por isso para a realização de objectivos tão diversificados como:

- A progressiva promoção da liberdade de escolha no âmbito dos sistemas públicos;
- A eliminação dos entraves que ainda subsistem na relação entre os cidadãos e os serviços públicos;
- O reforço da descentralização, nomeadamente no que toca à transferência de competências em áreas sociais, como é o caso do ensino não superior, do apoio social e da saúde familiar;
- O aprofundamento de medidas direccionadas especificamente para as necessidades dos territórios de baixa densidade e das populações que neles habitam, dando seguimento, por exemplo, ao programa Aproximar.

7. Empenho na modernização do sistema político. As transformações sociológicas a que vimos assistindo nas sociedades ocidentalizadas revelam uma desconfiança cada vez maior dos cidadãos face aos modelos representativos e governativos. Esta circunstância impõe a implementação de soluções que incrementem a participação cívica, a proximidade entre eleitores e eleitos e a construção de novos modelos de envolvimento dos cidadãos nas escolhas das políticas públicas, cientes dos efeitos concretos que cada opção possa acarretar. Para tal, a construção de instituições independentes, que promovam a avaliação das políticas públicas, emitindo relatórios regulares sobre o rigor, os resultados e os graus de transparência dos sistemas de decisão públicos revela-se de especial importância, porque contribuirá para a inversão desse clima de desconfiança.

8. Estabilidade em matéria de políticas relacionadas com as áreas de soberania. Trata-se de domínios em que foram levadas a cabo ou estão em curso reformas profundas, como sucede, por exemplo, com o novo mapa judiciário e com a Defesa 2020 e que não podem estar sujeitas a modificações permanentes ou a mudanças que tem por base apenas a vontade de mudar. Por isso nos comprometemos a assegurar esta estabilidade, sem prejuízo da sua avaliação e da introdução, se disso for caso, de pontuais alterações.

9. Presença ativa no domínio europeu e na cena internacional. Sabemos como o nosso futuro depende, em larga medida, do rumo da União Europeia, bem como da nossa capacidade para influenciar a sua evolução. E, nessa medida, deveremos empenhar-nos na construção de consensos que permitam, nomeadamente, definir um quadro mais coerente para as políticas estruturais (o que envolve a reorientação e simplificação do Semestre Europeu), a criação de uma verdadeira União Financeira para o Crescimento e a Estabilidade e o estabelecimento de um quadro orçamental e institucional em que possamos confiar ainda mais, o que pode passar pela instituição de um Fundo Monetário Europeu.

Por seu lado, a volatilidade a que temos vindo a assistir no contexto global, obriga a que sejamos capazes de, em conjunto, procurar novos modelos de governança, seja no plano económico seja no plano político. Portugal, nação secular, não pode alhear-se desse movimento, impondo-se que aí tenha igualmente uma participação activa.

III

CONTINUAR A TRANSFORMAR PORTUGAL COM SEGURANÇA, COM JUSTIÇA E COM PRUDÊNCIA

A imperiosidade de retirar Portugal da situação em que se encontrava há quatro anos e de cumprir, sem falhas, os compromissos que outros tinham assumido, condicionou largamente os rumos da governação. Fez-se o que tinha de ser feito mas isso, muitas vezes, não permitiu que a atual maioria concretizasse as suas próprias ideias e projetos.

Agora, queremos ir mais longe, e com um redobrado sentido de ambição, na construção de uma sociedade mais confiante, mais próspera e mais justa. E por isso pediremos aos portugueses que nos deem essa oportunidade para continuar a transformar Portugal com segurança, com justiça e com prudência.

Com a consciência de que este não é o tempo das promessas fáceis, mas dos desafios corajosos. Este não é o tempo do regresso a um passado que queremos definitivamente ultrapassado, mas da conquista do futuro que merecemos. Este não é o tempo de por tudo em risco e de voltar para trás, mas de caminhar com sobriedade e com contenção. Este é, pois, o tempo de avançar.

O documento que agora se apresenta tem dois objetivos: balizar, com clareza, as orientações que presidirão à elaboração do programa eleitoral da coligação e dar início a um processo de discussão pública, visando obter contributos para esse programa. É, assim, e apenas, o início de um percurso e como tal deve ser entendido.

Lisboa, 3 de Junho de 2015

